



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XVIII — N.º 182 — SÃO PAULO — NOV.º/DEZ.º DE 1973 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR S/50 — C. POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

## ACUSAÇÃO POPULAR CONTRA A TIRANIA FASCISTA

Publicamos a seguir uma síntese das intervenções dos candidatos democráticos do Distrito de Lisboa, nos comícios realizados no dia 24 de outubro, data em que a CDE, decidindo não comparecer às urnas, formalizou o boicote à farsa "eleitoral" montada por Marcelo Caetano & Cia.

Como se viu muitas foram as ilegalidades, os actos de intimidação e as pressões tendentes a reduzir a Oposição Democrática a um papel servil em relação ao regime. Entre as medidas tomadas é de salientar a que se refere à proibição de usarem da palavra nas sessões pessoas que não sejam candidatos. Sendo a lei eleitoral a mesma de 1969 e podendo fazer nesse ano qualquer pessoa desde que fosse eleito, vê-se bem quanto de ilegal e arbitrário tem a decisão tomada este ano.

Com esta medida e as intimidações feitas junto dos donos das salas de espectáculo, das colectividades e a repressão tendente a impedir a distribuição de documentos nas ruas, tinha o governo a esperança de evitar que se estabelecesse diálogo, contacto, a compreensão entre a CDE e o povo do distrito.

Podemos afirmar com satisfação e também com orgulho que estas tentativas falharam totalmente. Foram os candidatos obrigados a falar praticamente todos os dias, é verdade. Também é verdade

que tiveram que fazer as suas reuniões depois das sessões, isto é, depois da uma da manhã. Mas houve sessões todos os dias e sempre mais do que uma. Ainda hoje se realizam... E o contacto com a população fez-se.

Mas fez-se não só devido aos esforços dos candidatos e dos activistas da CDE. Fez-se também, e principalmente, porque a população acorreu sempre às nossas sessões, participou nelas activamente, identificou-se com o que afirmamos, acatou e leu os nossos documentos. Com o seu entusiasmo, com o seu apoio, manteve em nós cada vez mais forte a decisão de fazer efectivamente uma campanha virada para o povo e os seus problemas.

Apesar das salas que nos foram cedidas e depois negadas, apesar das pressões e intimidações, conseguimos efectuar numerosas sessões. Apesar das calúnias do governo e dos candidatos da ANP, apesar de toda a propaganda, apesar de sermos "traidores", "vendidos ao estrangeiro", "subversivos", de "pretendemos organizar apenas os quadros da revolução

marxista", e muitas outras acusações deste tipo que poderíamos ir buscar, por exemplo, ao discurso do Dr. Rapazote, apesar de tudo isto, ou melhor, porque quem faz estas acusações é perfeitamente conhecido pelo nosso povo, sempre tivemos o apoio da população, o seu estímulo, a sua exigência de cumprirmos o nosso dever de cidadãos que se querem livres e de patriotas que não pretendem vender o País a quem dá mais.

Qual teria sido o eco da nossa campanha se tivéssemos podido utilizar a televisão e a rádio, como seria imprescindível se estivéssemos perante uma campanha com um mínimo de seriedade. O governo não tem dúvidas a este respeito, pois só o seu receio de que as nossas palavras cheguem a todo o povo, justifica o total desprezo que teve em relação às suas próprias leis que, numa época em que tinha uma noção mais optimista sobre a sua força e a nossa, lhe pareciam ser suficientes para evitar quaisquer problemas nas chamadas campanhas eleitorais.

E se a adesão da população é evidente, se o entusiasmo tem sido impressionante, não podemos deixar de salientar o apoio que temos recebido da juventude. A alta percentagem de jovens entre os assistentes às nossas sessões, o apoio que têm dado à nossa campanha, a ajuda imprescindível nos contactos estabelecidos através da entrega de documentos e da colagem de cartazes fol, podemos dizê-lo o motor da nossa campanha.

E mesmo sem sequer compararmos com a ANP, onde, pelas fotografias e as imagens da TV das sessões, a juventude presente tinha sempre mais de quarenta anos, a presença massiva dos jovens dá-nos a certeza de que as posições que defendemos são aquelas que a juventude reconhece como suas.

A nossa exigência do estabelecimento da paz, a denúncia da exploração a que estão sujeitos os jovens na idade pré-militar, dada a dificuldade que encontram em arranjar emprego antes de cumprirmos o serviço militar, a denúncia das injustiças e da exploração a que estão submetidos os trabalhadores, a denúncia da venda do nosso território e das nossas riquezas ao capitalismo estrangeiro, são alguns dos pontos, e dos mais importantes, que fazem da CDE o movimento que pode, efectivamente, enquadrar a juventude. E isto porque analisa a realidade nacional em termos que o sentido agudo de crítica da juventude e a sua ansia de justiça sabem ser corretos.

Tentou o governo no início da campanha evitar que nela fosse discutido o problema colonial. Mas a decisão da CDE e dos desejos claramente manifestados pelo nosso povo de tratar, da forma que achassem mais conveniente, deste problema que se tem de considerar como fundamental, levou a que o problema fosse tratado e que sobre ele pudessemos manifestar as nossas opiniões e auscultar as vozes que se manifestaram em completa concordância com os nossos pontos de vista. Mantiveram-se algumas restrições que, no entanto, não têm sido impeditivas da sua análise.

Sabe pois o governo qual a nossa posição sobre o problema colonial, em geral, e sobre a guerra, em particular. Mas sabe-o igualmente o nosso povo que tem ocorrido as sessões e lido os nossos documentos. E a maneira como este tem reagido à nossa análise sobre este problema dá-nos a certeza de que a nossa apreciação está correcta e as medidas que apontamos são as mais justas.

O povo quer que a guerra acabe, o povo quer que os soldados regressem. O povo sabe que a questão colonial e a guerra foram discutidas não foi porque o assunto não fosse considerado tabu pelo governo, como pretendia afirmar a Ministra dos Negócios Estrangeiros, mas sim porque vos o conseguistes.

Manifestou também claramente o povo o seu desejo que acabe a exploração das nossas riquezas nacionais bem como dos trabalhadores e que uns e outros deixem de ser considerados unica e exclusivamente como fonte de lucro para os grandes grupos económicos nacionais

e estrangeiros. O povo exige que os recursos do país e o seu trabalho sejam origem não de lucros mas sim de um crescente bem estar de que todos beneficiem.

Foram múltiplas as detenções de democratas, alguns dos quais foram cautionados e outros multados. Foram múltiplas as interrupções de sessões e mesmo o seu encerramento antecipado pelas autoridades. Resultaram estes acidentes das limitações decididas pelo Governo Civil e que por não terem como base qualquer designação legal são arbitrarias e ilegais. Dada a gravidade e amplitude de tais limitações é evidente que não foi por iniciativa do Governo Civil que elas foram decididas. A responsabilidade de tais decisões cabe ao governo e em especial ao Presidente do Conselho. Foi o governo, e o seu chefe que, desde o início, quiseram tornar ainda mais evidente as condições de inferioridade que era reservada à Oposição, quiseram acentuar ainda mais o carácter de farsa que sempre tem revestido as "eleições" neste país desde o início do Estado Novo.

Perante a escalada da repressão e da arbitrariedade souberam os democratas manter a serenidade suficiente para, repudiando as arbitrariedades, não caírem em atitudes que dariam pretexto para maiores repressões. Mas o povo não esquecerá o crescente desprezo que o governo manifesta pelos seus direitos. O povo saberá conquistar a sociedade baseada na justiça a que tem direito.

Ao planearmos o aproveitamento do chamado período eleitoral foi nosso objectivo tocar nos problemas que afectam e preocupam o povo português. E, simultaneamente, fazê-lo numa linguagem simples mas correcta, de forma a que fossemos perfeitamente entendidos pelas grandes massas populares e que estas pudessem, caso discordassem da nossa orientação, manifestá-lo. Evitámos os documentos de linguagem técnica ou complicada; evitámos a publicação de estudos longos ou de textos que tornassem difícil a leitura; tentamos nas nossas intervenções falar dos problemas que afectam a população, tentando, dentro do possível, utilizar expressões que não fossem complicadas.

Fizemos uma campanha tendo como tema central o povo, as suas condições de vida e a forma como é explorado e que se dirigia a esse mesmo povo. Denunciamos a exploração que sofre, o agravamento do custo de vida, o congelamento dos salários, a repressão das actividades sindicais e dos movimentos reivindicativos das classes trabalhadoras. Acentuamos o carácter anti popular do regime e a necessidade de uma total transformação das estruturas para a criação duma sociedade justa onde a exploração dos homens deixe de ser a principal característica. Afirmamos que só o socialismo pode trazer uma afectiva e real solução para os problemas do nosso povo.

Nunca nenhum regime fascista realizou eleições livres ou, pelo menos, com um mínimo de liberdade que permitisse aos cidadãos manifestar a sua vontade. Todas as pseudo-eleições que se realizaram no nosso país confirmaram esta regra. Verifica-se, no entanto, que o regime que tanto odeia a liberdade e a democracia se sente obrigado a fingir, de 4 em 4 anos, que dá liberdade durante um mês e que organiza eleições. Se os democratas deixassem passar estas ocasiões sem intervir, davam ao que o governo afirmasse que havia efectivamente liberdade e que a Oposição não intervinha apenas por não ter força. Simultaneamente deixariam de cumprir o seu dever que é o de em todas as ocasiões e sabendo aproveitar as condições concretas em que vive, manifestar a sua opinião, esclarecer e alertar a população e apontar soluções para os seus problemas.

Mas como as forças democráticas resolveram intervir na chamada campanha eleitoral mais uma vez e de forma ainda mais clara se assiste a um total desmascaramento da política eleitoral do governo. Assim, a um vasto conjunto de leis que, por si só já impediriam a realização de efectivas eleições vem jun-

tar-se uma nova lei que torna crime o legítimo direito que todo o cidadão tem de se abster de participar em eleições ou pseudo-eleições, e de manifestar perante os outros cidadãos os motivos que o levam a tomar tal atitude.

Com a ameaça da perda de direitos políticos por 5 anos que passa a recair sobre os candidatos e os que directamente os apoiam, pretendia o governo tornar as forças democráticas em dóceis servas da ditadura indo no processo eleitoral até onde esta queria. Ou então em meros espectadores sem de qualquer modo participarem na campanha eleitoral.

Tal não sucedeu nem nunca sucederá. Serão sempre as forças democráticas que decidirão em cada caso, a atitude a tomar perante o regime. A ameaça de retirar os direitos políticos por 5 anos não interferirá em nada nas decisões a tomar. E num país onde os democratas coerentes estão sempre em risco de perder a liberdade seria de prever que se deixassem vencer pelo medo de perder os direitos políticos?

Mas outro fim tinha ainda o governo. Com esta lei, que também não permite que se apresentem como candidatos aqueles que alguma vez tenham desistido de ir até às urnas, pretende também o governo que, caso as suas ameaças não surtissem efeito, evitar que os candidatos e os activistas mais em evidência pudessem participar na campanha seguinte que se processará quando estão com os direitos cortados. Tenta-se assim conseguir, através de uma nova lei fascista, o que a repressão continua e a polícia política não tem obtido: que os democratas se afastem da discussão dos problemas nacionais.

Como todos os outros também este plano há-de falhar.

Haverá sempre democratas activos e conseqüentes para encabeçar as lutas do povo português. E a democracia há-de vencer o fascismo e haveremos de construir uma sociedade socialista, condição necessária para uma sociedade realmente justa.

A política do Governo é uma política de ódio. O ódio é um elemento imprescindível, sem o qual toda a justificação política ditatorial do Governo cairia. As acusações que o governo e a ANP constantemente fazem à Oposição e que vão ao ponto de afirmar que pretendemos fuzilar pelas costas os soldados, assentam apenas num ódio cego que pretende levar a população a pensar que os democratas são assassinos a soldo do estrangeiro que não podem ser tratados como seres humanos.

Quando se diz que pretendemos fuzilar pelas costas os soldados, o que falta para anunciar que os opositores deverão ser fuzilados? Quando se diz que os democratas pretendem a guerra civil, o que falta para tentar justificar a sua prisão, a tortura, ou o assassinato ou até mesmo para justificar o início de uma guerra civil que impeça o povo de varrer para sempre ao nosso país o fascismo?

Como sem este constante apelo ao ódio se podia justificar a tortura, que muitas vezes chegou a subtração ou a morte e que, em grande número de casos arruinou para sempre a saúde dos presos? Como sem este constante apelo ao ódio se podia permitir que um cidadão, que deveria gozar de liberdades e protecção que mesmo a constituição fascista lhe atribuiu para estar seis meses entregue a polícia política sem qualquer protecção ou garantia?

Como, sem este constante apelo ao ódio, se poderia justificar que as reivindicações dos trabalhadores por menores salários se respondia com a intervenção policial que vai ao ponto de armar as armas e fogo?

Mas é cada vez mais evidente que este ódio, do governo que não se dirige apenas contra as camadas mais politizadas da nação, não se dirige apenas contra aqueles que se decidem a uma acção política tendente a acabar com o fascismo e a instaurar uma sociedade nova. Este ódio dirige-se também contra todos os trabalhadores que têm

### A Força do Povo

Os dois importantes documentos que publicamos nesta edição esclarecem com meridiana clareza as razões que levaram a Oposição Democrática a boicotar a farsa "eleitoral" montada pelo regime para o dia 28 de Outubro. Ambos têm o significado de actos de acusação popular contra o fascismo. Dispensam, por isso, comentários.

A decisão de não comparecer às urnas foi tomada com larga antecedência. Mas não traduziu qualquer paralização da ofensiva democrática. Pelo contrário. Pode-se afirmar que nunca, nem mesmo em 1958, houve em Portugal, nos últimos 47 anos, uma campanha política que suscitasse uma onda de entusiasmo popular comparável. Entusiasmo decorrente de uma mobilização de massas permanente, da receptividade encontrada pelas denúncias feitas, da amplitude e da firmeza com que foram debatidos os problemas fundamentais do povo português. As CDE sabiam que seus candidatos não poderiam ser eleitos, por força dos mecanismos de uma fraude preparada com antecedência. Mas, lucidamente, o período da "campanha" foi aproveitado para um aprofundamento do diálogo entre todos os portugueses anti-fascistas e anti-colonialistas. O governo fascista de Caetano não conseguiu impedir esse diálogo. A furia repressiva mostrou-se impotente contra os desafios populares. Ficou claro que o povo português é contrário à guerra colonial e deseja uma imediata paz em África, obtida a partir do reconhecimento do direito à independência dos povos de Angola e Moçambique e do reconhecimento formal da independência da República da Guiné-Bissau. Ficou claro que a pequena burguesia urbana voltou definitivamente as costas ao fascismo e ao colonialismo. Foi talvez essa a maior vitória alcançada nas jornadas de Outubro: a desmistificação de estamentos sociais que Salazar atemorizou durante quarenta anos e que, inicialmente, se mostraram perplexos e confundidos com a demagogia "liberalizante de Caetano". O povo de Portugal tomou também, pela primeira vez, consciência extensiva das consequências gravíssimas do despovoamento do país provocado pela emigração da juventude, vale dizer, da sua força de trabalho, para a Europa do Mercado Comum.

Os votos do povo de Portugal não puderam, mais uma vez, ser computados. Mas o próprio governo sabe que sofreu uma derrota de consequências fundamentais. O voto do povo não necessitou das urnas.

Sendo Outubro uma simples, embora importante, continuação da luta resta, agora, tomar nas mãos as estruturas criadas. Como bem afirmou a CDE de Lisboa, vamos, na luta e no trabalho, conquistar o futuro, a liberdade e a paz.



# Portugal sem petroleo

Portugal é uma das tres nações colocadas no index pelos países árabes produtores de petróleo. O povo português, vítima da politica de traição nacional de Caetano & Cia, já começou a sofrer as consequências desses boicote.

O racionamento de combustíveis provocou uma alta imediata dos preços, a principiar pela gasolina.

Os poucos países árabes que ainda mantinham relações diplomáticas com Portugal decidiram também romper esses vinculos. Sua atitude é aliás, perfeitamente compreensível. Marcelo Caetano foi ainda mais longe do que o governo da Holanda na solidariedade prestada aos Estados Unidos, quando Nixon correu em ajuda de seus aliados israelenses. Caetano permitiu que o território português fosse utilizado como ponto de escala para os gigantescos aviões cargueiros americanos que durante mais de uma semana transportaram armas para Israel. Centenas de aparelhos abasteceram-se na base das Lages nos Açores, onde todas as facilidades foram dispensadas aos belicistas america-

nos. Oficialmente neutro, Portugal, que sequer mantém relações com Israel, contribuiu portanto decisivamente, através da atitude de Caetano, para a escalada no Oriente Médio em prejuizo de nações envolvidas no conflito — como a Argelia, a Siria e o Egipto que têm demonstrado em inúmeras oportunidades a sua solidariedade à luta do povo português e dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Segundo o diário Washington Post, a atitude de Caetano não foi desinteressada. O influente jornal apurou junto de fontes do Departamento de Estado que a solidariedade do governo português tem um preço: maior apoio de Nixon às guerras coloniais de Angola, Moçambique e Guiné. Em outras palavras, mais armas, mais dinheiro, uma sustentação diplomatica mais direta do colonialismo na ONU.

O povo português, como é natural, reagiu com indignação à manobra de Caetano, que colocou a nação a reboque dos interesses do imperialismo americano no Oriente Médio.

\* 75% das famílias portuguesas têm um rendimento mensal inferior a 3.000 escudos (810 cruzeiros). Os salários, entretanto, só podem ser revistos de dois em dois anos. O ultimo aumento foi de 7%, mas os generos alimenticios, no mesmo periodo, subiram 15%.  
\* Os impostos pagos ao Estado pelo povo português em 1960 não excederam 6 bilhões de escudos. Este ano, o povo pagará mais de 34 bilhões de escudos de impostos ao Estado fascista (quase um bilhão e quatrocentos milhões de dólares).  
\* Trinta ex-ministros, generais, deputados e governadores coloniais figuram entre os maiores acionistas das 10 principais empresas industriais e bancárias que

operam nas colonias portuguesas.  
\* O custo da guerra colonial ascendeu em 1972 a 17 bilhões de escudos.

\* Desde 1961 morreram em combate nas guerras coloniais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau 5.235 soldados e oficiais portugueses. Esse numero eleva-se para 10.180, incluindo os militares que morreram em consequencia de acidentes ou ferimentos recebidos. Mais de 30.000 foram feridos, sendo de 20.000 o total de mutilados.  
\* Villaverde Cabral, candidato pela CDE, denunciou durante a campanha "eleitoral" as perseguições movidas pelo governo de Caetano a exilados portugueses aos quais os consulados de Portugal no Brasil negam passaporte comum.

\* A CDE denunciou as condições sub-humanas em que são mantidos os presos politicos africanos no Campo de Concentração do Tarrafal, agora intitulado Chão Bom. Alguns detidos têm morrido de fome. Os medicamentos são escassos e os doentes, muitas vezes, são obrigados a pagá-los. Só há uma visita medica semanal, embora as condições sanitárias sejam calamitosas.  
\* Caxias continua sendo um presidio condenado por todas as normas que internacionalmente regem a matéria. Os presos têm direito apenas a duas horas nos "recreios" — pátios de 8x7 m. — onde o sol mal penetra devido à altura das paredes. As visitas são concedidas em recintos nos quais um vidro separa o preso dos respectivos familiares. Se o preso fala qualquer assunto considerado "não familiar" o vigilante — um agente PIDE-DGS — suspende a visita e, quase sempre, há castigo.

\* Durante a campanha "eleitoral" os trabalhadores portugueses apresentaram, entre outras, as seguintes reivindicações: semana de trabalho que não exceda 40 horas distribuidas por cinco dias; veto à obrigatoriedade de horas extraordinárias; férias anuais de 30 dias para todas as categorias profissionais; horário reduzido para trabalhadores estudantes; subsídio de férias de 100%; actualização automática de salários, acompanhando a alta do custo de vida; obrigatoriedade de 13.º salário para todos os trabalhadores; acréscimo de 50% na remuneração do trabalho noturno; abolição nas leis do trabalho da possibilidade de despedimento sem justa causa e por motivos sindicais e politicos; congelamento de alugueis e construção de casas com alugueis ao

alcance dos trabalhadores; aposentadoria aos 55 anos; cobertura pela Previdência do risco de desemprego, com salário igual ao auferido em serviço; proibição de despedimentos coletivos, salvo no caso de falencia declarada; pagamento integral do salário durante todo o periodo de doença; absoluta igualdade de direitos para a mulher trabalhadora; extinção da PIDE/DGS e de todas as forças repressivas; extinção da censura; reconhecimento legal do direito a greve; fim da guerra colonial.

\* O "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, publicou em sua edição de 3 de novembro um editorial intitulado "Portugal Atlantico" no qual citou de maneira ambigua uma entrevista concedida ao "Estado de S. Paulo" pelo nosso companheiro Joaquim Barradas de Carvalho, professor contratado pelo Centro Nacional de la Recherche Scientifique, de Paris. Movido pelo proposito de impedir que os leitores extraiam conclusões erradas — pois o espirito do artigo é totalmente incompativel com o pensamento expresso pelo prof. Barradas de Carvalho — o eng. Francisco Vidal, também nosso companheiro de trabalho, dirigiu carta ao "Jornal do Brasil" pondo os pontos nos ii.

\* A "Tribuna da Imprensa", do Rio de Janeiro — jornal processado há tempos pelo Embaixador de Caetano em Brasília — publicou no dia 5 de novembro um artigo de meia página esclarecedor sobre a situação criada em Portugal por 47 anos de fascismo. Título dessa excelente reportagem: "Rescaldo do sinistro que abalou Portugal desde o dia tenebroso de 28 de maio de 1926 até os dias de hoje — Acervo da massa falida da firma Salazar, Caetano & Companhia.

**OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE**

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

**UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS**

# Acusação Popular

(Continuação da 1.ª pag.)

consciência de que são explorados e que os seus direitos são espezinhados, de que para o governo e para o capital não passam de simples máquinas para obter lucro. Esta ódio dirige-se contra todo aquele que raspe a dignidade humana, que pretenda que os homens não sejam despojados dos seus direitos de cidadãos, que pretendam uma nova ordem social em que não seja possível morrer, de fome, onde os doentes tenham direito ao tratamento médico, onde as famílias tenham uma casa para habitarem, onde os jovens possam estudar e desenvolver as suas capacidades intelectuais.

Ao ódio dos governantes há que responder com firmeza e calma. Firmeza que impeça a obtenção dos resultados que o governo quer, que faça parar as violências e que permita conquistar as vitórias que conduzirão ao desaparecimento da ditadura. Calma que permita evitar as armadilhas preparadas pelas provocações tendentes a justificar novas e mais duras repressões.

Devemos procurar conquistar tudo o que seja útil na luta do nosso povo pela liberdade. Devemos ter em conta a legalidade fascista, que não é respeitada pelo próprio governo, como agora claramente se tem visto, tende a asfixiar-nos, pretende impedir-nos de conquistar a liberdade. Devemos ter em conta que a conquista de uma sociedade mais justa implica a oposição às actuais barreiras que impedem a legitima participação das várias camadas da população na vida politica nacional.

Múltiplos são os actos repressivos praticados no nosso país. Perante eles reage o povo e é esta reacção que muitas vezes impede a sua repetição ou leva à sua cessação. Mas nunca devemos esquecer que por detrás das entidades que directamente participam na repressão estão as entidades governamentais. Se a PIDE/DGS prende e tortura agora como há 40 anos é porque o governo, de quem depende, lhe dá ordem nesse sentido e aceita e defende todos os excessos que comete; se as concentrações de estudantes ou as reuniões e protestos dos trabalhadores são violentamente reprimidos e dispersas e se muitas vezes os jovens e os trabalhadores são agredidos e mesmo feridos a tiro é porque o governo deu ordem para essa acção e cobre sempre as violências que se cometem.

É o governo o responsável pelas violências que se cometem. É o governo responsável pela continua tentativa de instaurar um regime de terror que paralize o povo na sua luta pela conquista de uma pátria que seja efectivamente sua.

A intervenção dos democraticos no periodo "eleitoral" constitui um acto de acusação. É a voz da acusação popular contra a tirania.

A CDE acusa o fascismo de ser o instrumento privilegiado da opressão de que trabalha por quem explora o trabalho, de garantir a miséria da maioria e os lucros desmedidos de um punhado de tubarões.

A CDE acusa o fascismo de se funda-

mentar no corporativismo, meio institucional de que o patronato se serve para acorrentar os trabalhadores, pretendendo transformar os sindicatos em velucos dóceis das manobras da burguesia e reprimindo por todos os meios a tentativa dos sindicalistas empenhados em os aproveitar como órgãos de defesa dos interesses dos trabalhadores.

A CDE acusa o fascismo de conceber a previdencia como um feudo de burocratas e um saco sem fundo ao dispor do governo e não como um serviço de segurança social.

A CDE acusa o fascismo de abandonar os trabalhadores a condições sanitárias impróprias da vida humana e de impulsionar os melhores quadros profissionais e os melhores recursos técnicos para casas de saúde privadas, exclusivamente ao serviço dos privilegiados.

A CDE acusa o fascismo de ter desenvolvido uma das mais profundas campanhas de obscurantismo da história portuguesa. E de procurar agora ostentar uma máscara demagógica de reformismo no setor educação mas de improvisar, sem coordenação e ao mero sabor das necessidades do capitalismo e da propaganda partidária.

A CDE acusa o fascismo de crime quotidiano contra a cultura. Pela violenta repressão, mediante várias formas de censura. Pela degradação da consciéncia popular através da inalterável campanha de "estupidificação televisiva e outros poderosos meios de comunicação. A CDE acusa o fascismo de sacrificar a juventude na defesa dos interesses de um punhado de colonialistas.

A CDE acusa o fascismo de a coberto de uma hipócrita defesa da família, caucionar a humilhante condição da mulher portuguesa.

A CDE acusa o fascismo de subordinar toda a ausência de politica urbanistica ao interesse dominante da especulação dos terrenos, com prejuizo

nao só da habitação popular mas do próprio ordenamento das cidades e da eficiencia dos transportes.

A CDE acusa o fascismo de se ter instituido mandatário dos monopólios nacionais a estrangeiros que exploram o povo português e estrangulam o desenvolvimento do país e esmagam a pequena empresa.

A CDE acusa o fascismo de ser um mero poder de facto, desprovido de legitimidade, e de se ter especializado, à escala planetária no atentado à dignidade eleitoral.

A CDE acusa o fascismo de crime sistemático contra os direitos do homem e a segurança dos cidadãos e de prevalecer unicamente à custa do terror policial.

A CDE acusa o fascismo de ter recusado aos povos coloniais a via da luta pacifica pela afirmação da sua personalidade nacional e de estar comprometendo o país numa guerra de esmagamento de resistencia dos povos africanos tentando desesperar mas inutilmente impedir o acesso destes à independencia.

A CDE acusa o fascismo de reforçar e renovar a submissão do país ao imperialismo, hipotecando a soberania nacional ao controle económico de Portugal pelos grandes grupos multinacionais.

A CDE acusa o fascismo de arrogando-se o monopólio do patriotismo, praticar uma autentica politica de traição nacional.

A acusação popular da CDE contra a tirania fascista não é um episódio eleitoral em eleições inexistentes. É uma sequência na continuidade da luta heróica do povo português pela liberdade pela democracia, e pela emancipação. É um novo estímulo ao desenvolvimento da caminhada do povo português pelo socialismo.



## agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BARÃO DE ITAPETINGA, 255 (GALERIA CALIFORNIA), 11.º andar, conj. 1.107

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

## Memorial repercut

O Memorial sobre a questão colonial enviado pelas organizações democráticas da America à XXVIII Assembleia Geral das Nações Unidas teve ampla repercussão internacional. Centenas de jornais referiram-se à iniciativa, publicando trechos do documento distribuidos à imprensa pelas agencias noticiosas internacionais. Na America Latina a repercussão foi, como em anos anteriores, particularmente importante. "La Opinión de Buenos Aires, o diário de maior prestigio no mundo hispano-americano, dedicou ao assunto um extenso comentário, citando o nome do prof. Ruy Luis Gomes como primeiro signatário.

**PORTUGAL DEMOCRATICO**

**DIRETOR RESPONSÁVEL**  
Edison Rodrigues Chaves

**REPRESENTANTES**

**RECIFE:** Angelo Ferreira da Silva  
R: do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

**LONDRINA:** Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

**INGLATERRA:** Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S. W 8

**BELGICA:** Antonio Casanova 35, rue Montenegro, 1060 — Bruxelas — Belgique

**HOLANDA:** TULIPA VERMELHA — Post. bus 12039 — AMSTERDAM — BIJMERMEER.

**CANADA:** Portuguese Canadian Democratic Association P.O. Box 72.

**WESTON-ONTARIO**

**VENEZUELA:** Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

**URUGUAI:** Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

**CHECOSLOVAQUIA:** João Ribeiro — Postovní Urad. - Jindřická UL, C: 14 Scharánka 646 - Praha 1

**FRANÇA:** Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 2, place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

**REDAÇÃO:**  
Rua Libero Badaró n.º 488 5.º and. — s/50 — F. 37-0933 Caixa Postal, 6248 São Paulo — Brasil

**EXPEDIENTE:**  
Dias úteis: das 19 às 22 hs. Assinatura para o exterior US\$ 8,00

Composto e Impresso: Sociedade Impressora Pannartz Ltda. Rua Almeida Torres n.º 119 Prédio IV - Aclimação - SP

ANO XVIII N.º 182 Nov.º/Dez.º 1973

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade



# CONTRA O FASCISMO E O COLONIALISMO

Há imagens que traduzem melhor do que quaisquer palavras a força irresistível dos grandes movimentos populares. É o caso das fotos que publicamos nesta página. São momentos da campanha de Outubro. Aquilo que o governo de Caetano esperava transformar em mais uma farsa

"eleitoral" converteu-se numa série ininterrupta de desafios ao fascismo e ao colonialismo. Nunca em Portugal, nos últimos 48 anos, houve comícios comparáveis, nunca o repúdio popular ao regime foi manifestado tão frontalmente e com tamanha veemência, nunca multidões tão conscientes fo-

ram tão longe na denúncia do que abominam e na defesa das ideias porque se batem. Não há ameaças, proibições, torturas, violências que caem hoje o povo português. De princípio a fim, a campanha foi um clamor permanente contra o fascismo, contra o colonialismo contra a submissão aos mono-

polios estrangeiros, contra a existência de bases militares da NATO, uma apologia corajosa das liberdades fundamentais, do direito de greve, da amnistia imediata, da paz, da democracia, do socialismo.

A "Assembleia Nacional" é uma vez mais um galinheiro povoado de filhotes do fascis-

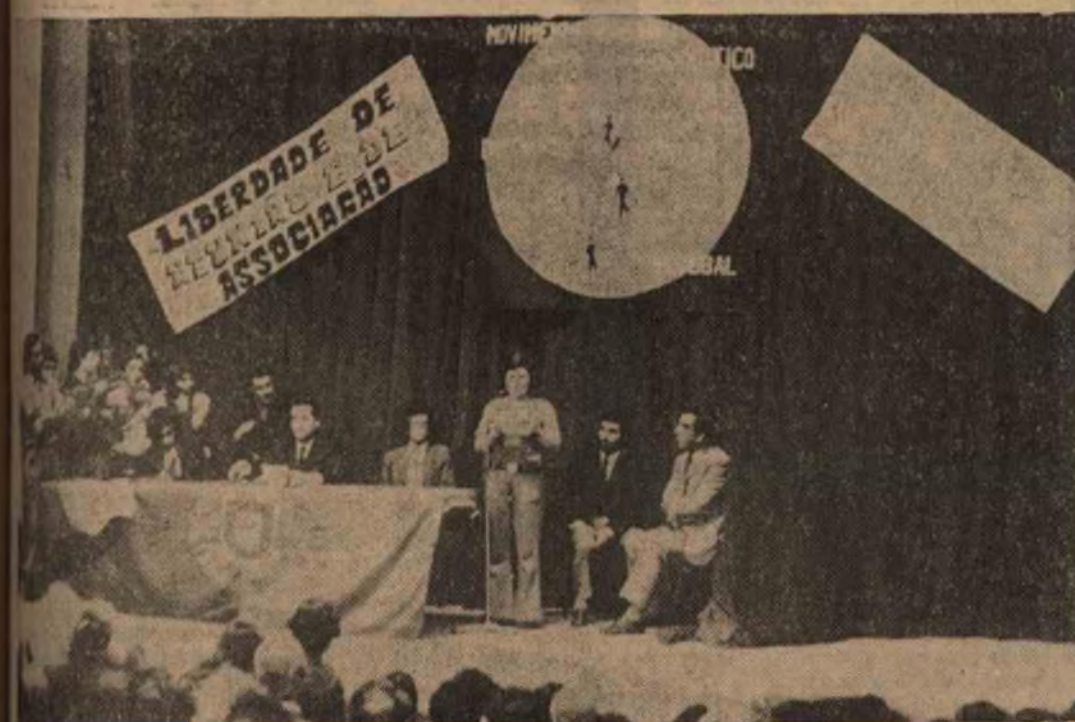
mo. Mas a existência dessa caricatura de parlamento não esconde a evidência; a grande vitória alcançada pela Oposição Democrática no diálogo com a Nação. A campanha foi um julgamento do fascismo e do colonialismo. E o juiz foi o povo de Portugal.



A mesa do C.D.E. Veem-se entre outros os democratas Urbano Tavares Rodrigues, José Tengarrinha, Helena Neves, Vítor Dias, Alberto Arons de Carvalho, Gonçalves André, Luiza Amorim e Pedro Coelho.



A sessão da Oposição no Teatro Carlos Manuel de Sintra. Da esquerda para a direita, agradecendo as aclamações do público: António Abreu, Pedro Coelho, Vítor Dias, Martins Coelho, Herberto Goulart, Urbano Tavares Rodrigues e Francisco Pereira de Moura.



A reunião do Movimento Democrático do Distrito de Setúbal, quando falava uma representante da juventude. O distrito de Setúbal, bem conhecido pela sua vocação democrática, foi um daqueles onde a fraude eleitoral foi menor, dada a vigilância dos democratas.



Um dos candidatos dirige-se veementemente às autoridades presentes. Note-se a juventude tanto dos membros da mesa como da assistência.



O entusiasmo da assistência numa das sessões da Oposição quando um dos candidatos falava sobre o problema das colónias portuguesas.



"Democracia é o poder do Povo", "Anistia para os presos políticos", "Fim à guerra colonial" três slogans que constituíram a tônica da campanha eleitoral da Oposição democrática portuguesa.



# O POVO PORTUGUÊS: NÃO À FARSA ELEITORAL

Publicamos abaixo a íntegra do documento divulgado por nove Comissões Democráticas Eleitorais — Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal — no qual são minuciosamente expostas as razões que levaram a Oposição Democrática a não disputar as "eleições" de 28 de outubro.

"Eleger uma assembleia legislativa é escolher representantes do povo. E escolher os cidadãos a quem a Nação confere poderes para, aprovando as leis, estabelecer as normas fundamentais que regem a disciplina da sociedade. A eleição de deputados constitui, por isso, acto particularmente solene. Exige em todo o processo a maior seriedade e a maior dignidade e constitui momento crucial da vida democrática.

Eleger significa escolher; ora a escolha é sempre e por definição um acto livre. Incidindo sobre a globalidade dos problemas políticos da nação, a eleição política pressupõe o livre curso das ideias e das informações e o funcionamento normal dos partidos políticos. Onde não há liberdade de expressão, o povo não pode tornar-se plenamente consciente dos grandes problemas nacionais. Onde não há liberdade de associação, nega-se a possibilidade de se organizarem opções.

Voto político supõe consciência generalizada das questões e competição equitativa dos concorrentes.

É assim evidente que desde 1926 se não realizam em Portugal eleições mas meras farsas anti-eleitorais.

Onde se não realizam eleições, desrespeita-se o princípio da representação nacional e carcece de legitimidade o poder constituído.

Quando por um lado o governo proclama convocar o povo a eleger deputados e por outro lhe recusa a liberdade de expressão, associação e reunião, torna-se flagrante que pretende conferir uma aparência de dignidade eleitoral a qualquer coisa que, nesse plano, se encontra necessariamente comprometida de raiz.

Além disso a preparação destas "eleições" revelou da parte do poder uma disposição particularmente brutal.

No princípio deste ano, resolveram os democratas formar Comissões Democráticas de Recenseamento as quais, através de amplas campanhas por todo o país, tinham como objectivo esclarecer a população do dever cívico de se recensear e, assim, minorar os efeitos nocivos da falta de um Recenseamento completo de iniciativa oficial como os que existem para efeitos de recrutamento militar e de pagamento de contribuições e impostos.

Efectivamente e segundo dados oficiais, apenas estão lentos cerca de 2/5 de população recenseável, sem contar com os emigrantes.

As Comissões Democráticas de Recenseamento começaram entusiasticamente o seu trabalho de esclarecimento, distribuindo documentos, colando cartazes, ajudando a população a preencher os requerimentos, procurando que as Comissões recensoras oficiais inscrevessem nos cadernos cidadãos conhecidos dos componentes das Comissões Democráticas de Recenseamento em cada freguesia, e exigindo que o direito de voto fosse atribuído a todos os maiores de 18 anos.

Porém e seguindo a sua linha de sempre, contrária ao esclarecimento e à movimentação, o governo fascista procurou impedir que as campanhas das Comissões Democráticas de Recenseamento atingissem os seus objectivos, reprimindo com violência as suas iniciativas. Assim:

— As Comissões Recensoras oficiais recusaram a inscrição oficiosa proposta pelas Comissões Democráticas de Recenseamento;

— O governo não só não alargou o recenseamento como, pelo contrário, cortou arbitrariamente dos cadernos centenas e centenas de cidadãos muitos dos quais sempre tinham estado inscritos;

— As forças repressivas prenderam democratas, ou aplicaram multas a outros, por distribuírem documentos, colarem cartazes ou participarem em reuniões; apreenderam documentos, rasgaram cartazes e assaltaram postos de informações.

É certo que o governo fez capciosamente alguns apelos públicos ao recenseamento. Conhece-se, contudo, o estado de desconfiança popular relativamente a todas as iniciativas oficiais que envolvem uma inscrição voluntária dos cidadãos.

Também aquando do III Congresso da Oposição Democrática a repressão se fez sentir violentamente:

— Proibição da romagem ao túmulo de Mário Sacramento, com intimidações à Comissão Executiva;

— Forte carga policial contra o desfile da romagem, ferindo gravemente vários participantes;

— Cerco à cidade de Aveiro, com grande aparato policial, não permitindo a entrada de milhares de congressistas que se deslocavam em camionetas de excursão obrigando-os a percorrer a pé vários quilómetros. Verificou-se mesmo um bloqueamento da partida de congressistas por todo o país.

Finalmente, entre o termo do Congresso e a campanha eleitoral, a repressão aos democratas redobrou. Assim:

— Sucederam-se as multas a democratas que se reuniram para a preparação da campanha;

— Foi publicado um decreto que impõe sanções aos candidatos que desistam, às comissões eleitorais e a quaisquer pessoas que incitem à abstenção com o fim evidente de intimidar os democratas por forma a obrigá-los a renunciar à intervenção na campanha "eleitoral", evitando assim o esclarecimento da população acerca das estruturas fascistas do regime, bem como o reforço da base popular da Oposição Democrática.

Apesar de tais limitações, várias comissões democráticas entenderam que cumpria não perder uma oportunidade de contactar mais amplamente com o povo. Na vida política portuguesa, caracterizada por uma sistemática supressão das liberdades fundamentais e por um permanente atentado aos direitos do homem, os períodos pseudo-eleitorais têm um significado de excepção. Nas escasas semanas "pré-eleitorais", a Oposição tem conseguido impor ao fascismo um tipo de intervenção cívica e de luta política que em tempo normal o colete de forças das instituições impede. Sempre tem sido reconhecido que a intervenção da Oposição nos períodos "eleitorais" é um acto de cidadania em contexto de opressão permanente, uma tentativa de exercício de democracia sob um enquadramento institucional totalitário.

Como reagiu o governo? A título da exemplo, reunem-se alguns elementos da crónica repressiva.

I — **Aveiro**  
1. 19-10 — A sede distrital do Movimento em Setúbal, no Barreiro, foi assaltada pela G.N.R. que arrombou uma porta, provocando estilhaços e procedendo à identificação dos democratas que lá se encontravam, expulsando-os, de seguida. A sede foi selada e posta uma patrulha à porta. Só foi reaberta em 16-10.

2. — Assalto à sede do Movimento Democrático em Leiria pela P.S.P., que expulsou os 20 democratas presentes, entre os quais se encontravam 5 candidatos, após 36 horas de clausura no interior da sede por aqueles se recusarem a identificação.

3. Assalto pela D.G.S. à sede do Movimento Democrático de Leiria, em Peniche, com apreensão de cartazes e documentos diversos;

4. — Invasão pela G. N. R. de uma propriedade de um democrata da Marinha Grande, onde se realizava uma comissão concelhia;

5. Invasão da Sede distrital do Movimento Democrático do Porto (Rua de Santa Catarina) pela P.S.P., que, com grande aparato policial fora e dentro da sede), procedeu à identificação de todos os presentes, que foram em seguida expulsos, com excepção de 5 candidatos, que também foram identificados;

6. Invasão pela P.S.P. com grande aparato policial da sede concelhia do Movimento Democrático do Porto (Rua Julio Dinis) com expulsão, sob coacção física, de todos os democratas presentes (incluindo 8 candidatos) e encarceramento da mesma sede, a porta da qual foram postos, permanentemente, elementos da P.S.P.;

7. Invasão pela P.S.P. da Sede Concelhia de Povoa de Varzim do Movimento Democrático com identificação dos democratas que nela se encontravam e retirada dos cartazes afixados. Na sede Concelhia em Almada do Movimento Democrático de Setúbal, a G. N. R. pretendeu a identificação dos democratas que lá se encontravam em sessão de trabalho.

11. Prisões e Detenções.

Prisão de 36 Democratas, entre os quais 7 candidatos, quando no início da campanha distribuíram um documento apresentando a lista a CDE de Lisboa. Estiveram 1 semana em Caxias.  
1. Desde 20-9 a 3-10, 20 democratas do distrito de Setúbal foram intimados pela PIDE-DGS a comparecer na prisão de Caxias (Reduto Sul), no qual foram interrogados, acusados de fazerem parte do Movimento da Oposição Democrática e, nessa qualidade, terem assistido a "reuniões clandestinas".  
2. Em 6-10, prisão durante 2 dias de 4 cidadãos do Distrito de Setúbal a seguir à romagem ao Cemitério, comemorativa do 5 de Outubro.

3. Média de 10 prisões diárias, em Lisboa durante toda a campanha, de

democratas que distribuíam propaganda eleitoral da CDE, os quais foram autuados com multas e adicionais de 4 500\$00 cada um.

4. No dia 18-10 em Lisboa, quando procediam a uma recolha de fundos para a CDE, no Rossio, e no Terceiro do Paço, foram presos 13 democratas, entre os quais figuravam os candidatos da Oposição Democrática Victor Dias, António Abreu e Calisto Pereira. Autuados com multas e adicionais de ..... 4 500\$00 cada um.

5. Antes da sessão comemorativa de 5 de Outubro promovida pelo Movimento Democrático de Évora foi detido pela PIDE/DGS um democrata, membro da Comissão Executiva daquele Movimento, sendo feita uma busca ao automóvel e apreendidos centenas de exemplares do "Manifesto à População do Distrito tendo sido, igualmente apreendidos os exemplares de Manifestos que se destinavam a serem distribuídos durante a sessão.

6. Detenção, em Lisboa, no dia 5-10 e quando da romagem ao Alto de São João, de 14 democratas, entre os quais o candidato António Abreu, que juntamente com os restantes foi autuado pela P.S.P..

7. 4 democratas da CDE de Lisboa presos em Moscavide, quando distribuíam documentos do 5 de Outubro.  
8. Prisão pela P.S.P. e PIDE/DGS de dois democratas de Évora, que, por serem militares, se encontram actualmente na Trafaria acusados de participar nas actividades do Movimento Democrático.  
9. Frequentes chamadas à PIDE/DGS de democratas do distrito de Évora.

Entre esses democratas contam-se candidatos responsáveis pela Comissão Eleitoral.

10. Detenção pela PIDE/DGS de um candidato suplente do Movimento Democrático de Évora, entregue à G.N.R., foi revistado, tendo-lhe sido apreendidos numerosos exemplares do texto "Ao povo do Distrito", já publicado na íntegra (caso raríssimo) pela imprensa.

11. Prisões de dois democratas na sede do Movimento Democrático do Porto.

12. Diversas detenções e prisões de democratas do distrito de Coimbra, incluindo os candidatos Victor Costa e Luís Januário Santos durante diversas realizações do Movimento Democrático de Coimbra.

13. Detenção, no Distrito de Castelo Branco, de democratas que procediam à distribuição de documentos/convites para as sessões de propaganda.

A P.S.P. de Leiria procedeu à identificação e autuação em 2 500\$00 a cada um dos democratas presentes no Encontro Nacional da Oposição Democrática, realizado no dia 30-9-73, na Marinha Grande.

III. **Espancamentos**

1. Após a romagem ao Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa por ocasião do 5 de Outubro, numerosos democratas foram espancados pela brigada da P.S.P..

2. A exiguidade de espaço nas salas de que a CDE de Lisboa pôde dispor — e não teve acesso a recintos maiores devido às inúmeras prisões do governo — provocou aglomerações de milhares de pessoas às portas de cinema Vox e da SNBA.

Cerca de três mil dessas pessoas — quando estavam à porta da SNBA — só se lá saíram quando sobre elas a P.S.P. fez chover água, coronhadas e cacetadas.

3. À saída de uma sessão em Odivelas a G.N.R. carregou sobre a assistência, espancando muitos jovens.

4. Numerosos jovens foram espancados pela polícia quando se encontravam no átrio do Colégio do Porto, onde se realizava uma sessão do Movimento Democrático do Porto.

5. Espancamentos na rua de democratas portugueses.

6. Intervenção de brigadas de choque da P.S.P. em Coimbra e consequente espancamento de jovens democratas na baixa da cidade.

IV. **Proibição e Interrupção de sessões**

1. 19-10 — proibição das sessões públicas programadas pelo Movimento Democrático de Setúbal para o dia 20 em Pinhal Novo e para o dia 21 em Deixa-o-Resto (Santiago do Cacém).

2. Foi prática corrente do governo interromper definitivamente ou não as sessões públicas da Oposição Democrática, como sucedeu, por exemplo, com as sessões realizadas na Venda Nova, Amadora, no Vox, em Sintra, no Porto, em Leiria, em Setúbal e demais distritos que intervieram na campanha.

3. Proibição de um colóquio na sede de Odivelas da CDE de Lisboa, E ainda:

1. Rejeição de um candidato do Movimento Democrático de Setúbal, não obstante estar recenseado como eleitor para a Assembleia Nacional.

2. Intimidação pelas autoridades locais das direcções das coletividades e salas de espetáculos para não cederm as suas instalações ao Movimento Democrático, como sucedeu, quase diariamente, no distrito de Setúbal, e também em Loures.

3. O Governador Civil de Lisboa ameaçou de extinção a CDE de Lisboa.

4. Na totalidade dos distritos intervenientes foram proibidos de falar nas sessões públicas democratas que não fossem candidatos. Essa ordem nunca foi dada por escrito, mas executada, na prática, pelos agentes da autoridade presente as sessões.

Em Lisboa, foi prática corrente do governo impedir o próprio presidente da sessão de falar em matéria estranha à apresentação dos candidatos e à mera conclusão dos trabalhos.

— As sessões públicas da Oposição Democrática em todos os distritos intervenientes foram frequentemente interrompidas pelos agentes da autoridade que tentaram impedir os oradores de falarem sobre a "guerra colonial", o "fascismo", a repressão" e sobre temas, que segundo o critério desses agentes era considerado subversivos.

— As sessões eram patrulhadas, no interior e no exterior, por ostensivo e numeroso aparato policial.

O representante tomava frequentes notas das afirmações proferidas pelos oradores e as palavras destes eram transmitidas pela polícia para os centros do comando.

— A censura-exame prévio cortou na íntegra ou mutilou gravemente a quase totalidade dos numerosos documentos divulgados pela CDE de Lisboa, de uma maneira geral, o mesmo aconteceu às mais importantes tomadas de posição por escrito difundidas pelas comissões eleitorais dos restantes distritos. Nos relatos das sessões e conferências de imprensa também a censura-exame prévio interveio com ferocidade. Na imprensa o problema colonial foi completamente tabu.

— Não cedência da cópia de cadernos e fichas eleitorais.

— Os candidatos da CDE de Lisboa estiveram detidos no posto da P.S.P. de Loures, que os ameaçou, apontando-lhes as espingardas. Os candidatos tinham ido intervir por democratas presos na distribuição de propaganda.

— Agentes da P.S.P. procederam frequentemente ao arranque de cartazes da Oposição Democrática, designadamente em Amadora, Queluz e Moscavide.

— Os boletins de voto da A.N.P. são duma transparência bastante significativa.

— Recusada pelo Governador Civil de Lisboa a autorização para a publicação de uma folha eleitoral.

— Proibição do distrito do Porto do acesso às sessões do Movimento Democrático do Porto de menores de 21 anos.

— Proibição de Plenários e outras reuniões internas em Lisboa e Leiria.

## Natal do preso político

Avelino Alves Ferreira	Cr\$ 50,00
Maria Irolinda	Cr\$ 25,00
Alvaro Ferreira Egea	Cr\$ 10,00
Sergio Rodrigues	Cr\$ 30,00
Alfredo Masson	Cr\$ 50,00
Manuel Ferreira	Cr\$ 20,00
Joaquim José	Cr\$ 20,00
Joaquim Ferreira	Cr\$ 20,00
António de Sousa	Cr\$ 10,00
Helder Costa	Cr\$ 20,00
António Gonçalves	Cr\$ 30,00
Vitor Ramos	Cr\$ 25,00
Francisco Vidal	Cr\$ 50,00
Fernão Ramos	Cr\$ 25,00
Nicodemos Bastos	Cr\$ 50,00

a transportar — Cr\$ 435,00

No plano político global a Oposição Democrática tem imposto ao regime e com frequência, a dinâmica de sua própria iniciativa política; pelo menos em alguns distritos, esta campanha de Outubro confirmou essa possibilidade.

É evidente porém que, no plano dos actos administrativos, o fascismo dispõe as pedras a seu critério. O tipo de intervenção da Oposição Democrática neste jogo, sempre falsificado pelo governo, depende inevitavelmente da característica e do volume da repressão. As vantagens políticas que a Oposição Democrática retira dos terrenos de luta que escolhe ou aceita dependem do condicionamento e que esses termos de luta são submetidos pelo arbitrio do poder.

A oportunidade da intervenção avança-se pela onda de entusiasmo popular que suscitou e pela acatuação do isolamento do governo. Sem ela, o poder não teria posto em prática extremos de terror a que se consagrou.

Necessariamente, a brutalidade e a prepotência do governo acabaram por condicionam o tipo de intervenção final na campanha que os democratas julgam mais adequada ao seu patriótico objectivo. Essa intervenção é voltar as costas às armas do fascismo. Tanto quanto é possível averiguar, tal atitude representa um consenso unânime dos antifascistas portugueses, e um solução reivindicada insistentemente nas sessões públicas e nas reuniões de democratas realizadas por todo o País.

Não é por recear o desfavor do eleito que a Oposição Democrática recusa a disputar as "eleições". O descontentamento popular e crescente, a reactividade do País às posições democráticas uma evidência.

As calunias oficiais não conseguem fardir o povo, quer a minoria recenseada quer a maioria não recenseada. Em fim, recusar a participação nas urnas fascistas não é sequer uma abstenção — a abstenção e o voto são atitudes de eleitor perante eleições — é sim uma forma expressiva de sublinhar que, onde não há eleições não pode esperar-se que o fascismo seja desalojado por farsas "eleitorais". É um protesto activo contra a tirania. Um passo no reforço da luta do povo português pela conquista da liberdade.

Esta decisão não significa, evidentemente, qualquer paralização da actividade democrática. Muito pelo contrário. A ampla e frontal acção dos democratas durante o período "eleitoral", e entusiasmo manifestado por muitas dezenas de milhares de pessoas em todo o País, o alargamento visível da organização democrática justifica e impõe claramente a continuação das actividades dos democratas portugueses dirigida à instauração de uma sociedade nova, democrática, com justiça, paz e liberdade.

Democratas do Distrito de Aveiro, Democratas do Distrito de Castelo Branco, Democratas do Distrito de Coimbra, Democratas do Distrito de Évora, Democratas do Distrito de Leiria, Democratas do Distrito de Lisboa, Democratas do Distrito do Porto, Democratas do Distrito de Santarém e Democratas do Distrito de Setúbal.

## Envie este número para Portugal

**PORTE PAGO - DR - SP**  
AGÊNCIA CENTRAL  
AUTORIZAÇÃO N.º 62828  
R. L. Baduró, 488 - 5.º S. 50 - SP - Brasil